Demonstrações Contábeis

Agência Goiana de Gás Canalizado S/A - Goiasgás

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias Rua Padre Carapuceiro, 858 8º andar, Boa Viagem 51020-280 - Recife - PE - Brasil

Tel: +55 81 3201-4800 Fax: +55 81 3201-4819

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da **Agência Goiana de Gás Canalizado S/A - Goiasgás** Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Goiana de Gás Canalizado S/A - Goiasgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 13 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP015199/Q

Francisco da Silva Pimentel

Contador CRC-1SP 171230/O-7-T-PE

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante	2	4.400	000
Caixa e equivalentes de caixa Tributos a recuperar	3 4	1.180 4	266 4
Outros créditos	4	9	6
Total do ativo circulante		1.193	276
Total do ativo officialite		1.130	210
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	4	10	13
Outro créditos		7	7
Direito de uso	5	135	32
Imobilizado	6	27	22
Intangível	7	76	79
Total do ativo não circulante		255	153
Total do ativo		1.448	429
Passivo Circulante Fornecedores		8	8
Passivo de arrendamento	8	43	36
Obrigações sociais a recolher	9	62	21
Tributos a recolher	10	35	18
Outras contas a pagar		1	1
Total do passivo circulante		149	84
Não circulante			
Passivo de arrendamento	8	93	-
Total do passivo não circulante		93	<u>-</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social	• •	7.390	6.934
Reserva de capital		733	733
Prejuízos acumulados		(8.346)	(7.807)
Passivo a descoberto		(223)	(140)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.42 9	` 485
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		1.206	345
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.448	429

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Despesas operacionais:			
Gerais e administrativas	12	(878)	(715)
	_	(878)	(715)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(878)	(715)
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		360	31
Despesas financeiras		(21)	(7)
	_	339	24
Prejuízo do exercício	_	(539)	(691)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(539)	(691)
Outros resultados abrangentes	-	
Total do resultado abrangente	(539)	(691)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reserva de	Prejuízos		Adiantamento para futuro aumento de	
-	social	capital	acumulados	Subtotal	capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.895	733	(7.116)	512	-	512
Adiantamento para futuro aumento de capital	_	-	-	_	485	485
Integralização de capital	39		-	39	-	39
Prejuízo do exercício	-	-	(691)	(691)	<u>-</u>	(691)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.934	733	(7.807)	(140)	485	345
Adiantamento para futuro aumento de capital					044	044
(Nota 11)	- 4EG	-	-	456	944	944 456
Integralização de capital (Nota 11)	456	-	- (E30)		-	
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	(539)	(539)	-	(539)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.390	733	(8.346)	(223)	1.429	1.206

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa	(539)	(691)
gerados pelas atividades operacionais: Depreciação e amortização Amortização do direito de uso Juros e variações monetárias, líquidas	8 36 4	8 29 4
(Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais		
Tributos a recuperar Despesa antecipada	1 (1)	71 -
Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais	(491)	(579)
Fornecedores	-	1
Obrigações sociais a recolher Tributos a recolher	41 17	10 8
Parcelamento de tributos		(40)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	58 (433)	(21) (600)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo imobilizado Aquisições do ativo intangível	(11) -	(10) (20)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11)	(30)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(42) 944	(34) 485
Recebimentos de adiantamento para futuro aumento de capital Recebimentos de integralização de capital social subscrito	456	39
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.358	490
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	914	(140)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	266	406
No final do exercício Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	1.180 914	266 (140)
·		<u>`</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiasgás ("Companhia") foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 9 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão para exploração, distribuição e comercialização de gás canalizado tem o seu prazo de vigência até 12 de setembro de 2031, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 29 de novembro de 2006, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Estado de Goiás, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a sua operação seja similar à de outras Companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Até que o projeto seja concluído, os acionistas vêm provendo os recursos necessários para a manutenção da operação.

Os contratos de compra e de venda de Gás Natural Liquefeito - GNL mantidos entre a Companhia e a GNL Ltda. e a Petrobrás Distribuidora S.A., respectivamente, foram encerrados em 1º de dezembro de 2018, não havendo renovação dos mesmos até o fim do exercício social de 2022.

A Goiasgás está envidando todos os esforços possíveis para retomar as atividades de distribuição de gás natural canalizado para o Estado de Goiás. Os acionistas controladores garantem o suporte financeiro da Companhia até a retomada de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

As Demonstrações Contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 13 de abril de 2023.

2.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de Balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e arrendadores.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do "Lucro Real". Tendo em vista a apresentação de prejuízo nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não reconheceu, nesses períodos, despesas com imposto de renda e contribuição social.

2.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos.

Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.6. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela Companhia, como Concessionária do "Contrato de Concessão do Serviço Público de Gás Combustível Canalizado" (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão, de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.7. NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos

A Companhia possui contrato de arrendamento do imóvel relativo a sala comercial onde está instalada a sua sede. O referido contrato atende ao escopo desta Norma. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e das obrigações por arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". Assim, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida em 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.9. Novos pronunciamentos contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)

Não há normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ou pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que entraram em vigor em 2022 e/ou já emitidas, e ainda não vigentes, que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	1.179	265
Total	1.180	266

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs no Banco do Brasil S.A., remuneradas pela variação média de 89% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Tributos a recuperar

	2022	2021
Impostos Retido na Fonte – IRRF	14	17
	14	17
Circulante	4	4
Não circulante	10	13

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

5. Direito de uso

O contrato elegível pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia

Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelos passivos de arrendamento, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/21	Adições	Saldo em 31/12/22
Direito de uso de imóveis (-) Amortização acumulada	25,5%	112 (80)	139 (36)	251 (116)
·		32	103	135

6. Imobilizado

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/21	Adições	Saldo em 31/12/22
10%	11	1	12
10%	12	4	16
20%	17	6	23
20%	14	-	14
-	54	11	65
	(32)	(6)	(38)
_	22	5	27
	anual de depreciação 10% 10% 20%	anual de depreciação Saldo em 31/12/21 10% 11 10% 12 20% 17 20% 14 54 (32)	anual de depreciação Saldo em 31/12/21 Adições 10% 11 1 10% 12 4 20% 17 6 20% 14 - 54 11 (32) (6)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

7. Intangível

			2022		2021
Descrição do intangível	Prazo de amortização	Custo	Amortização	Saldo	Saldo
Concessão Desenvolvimento de projetos	30 anos	59 23	(6)	53 23	56 23
		82	(6)	76	79

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível:

Descrição	Saldos em 31/12/21	Amortização	Saldos em 31/12/22
Concessão	56	(3)	53
Desenvolvimento de projetos	23 79	(3)	23 76

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado, celebrado em 12 de setembro de 2001, entre o Estado de Goiás (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa estabelecido no Contrato de Concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores, com o objetivo de refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, abrangendo o ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

7. Intangível--Continuação

A infraestrutura construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, será recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base no saldo dos bens não depreciados ao término do prazo da concessão.

8. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo de vigência do contrato de arrendamento é de cinco anos, iniciados em 31 de novembro de 2020, podendo ser renovado automaticamente por mais um ano, expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento essencialmente se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

8. Passivo de arrendamento--Continuação

O vencimento dos pagamentos do arrendamento do imóvel descrito acima, está descrito a seguir:

	2022	2021
Circulante		
Até um ano	43	36
	43	36
Não circulante	-	
Entre um e dois anos	93	-
	93	-
Total	136	36

A movimentação do passivo de arrendamento está assim representada:

	2022	2021
Saldo inicial	36	59
Adição	139	7
Juros	4	4
Pagamento anual	(43)	(34)
Saldo final	136	36

9. Obrigações sociais a recolher

	2022	2021
Provisão de férias	46	16
INSS sobre férias	12	4
FGTS sobre férias	4	1
	62	21

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

10. Tributos a recolher

		2021
INSS a recolhert PIS e COFINS a recolher	9 15	9
Imposto de renda retido na fonte	8	5
ISS retido Outros	1 2	1 3
	35	18

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 7.390 (2021: R\$ 6.934).

2022

2024

Em 15 de dezembro de 2022, foi integralizado ao capital social o montante de R\$ 456 mediante depósito bancário em moeda nacional corrente.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.390, dividido em 7.390.008 ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R\$ 1,00 cada, pertencentes aos acionistas Governo do Estado de Goiás, Termogás S.A., Companhia Sulamericana de Montagens S.A., Goiás Construção e Comércio Ltda., GAE Construções Ltda., Sobrado Construções Ltda. e GOIARTE - Goiás Artefatos de Cimentos Ltda.

Cada ação ordinária terá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do seu capital social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

a) <u>Distribuição de dividendos</u>

O Estatuto Social da Companhia prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício social:

- 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social.
- 75% do lucro líquido ajustado em termos da Lei, a título de dividendo mínimo obrigatório.
- A assembleia geral de acionistas determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 1.429 referentes a adiantamentos recebidos de acionistas para futuros aumentos de capital, os quais serão capitalizados no primeiro semestre de 2023.

12. Despesas por função e natureza

	2022	2021
Por função:	·	
Despesas gerais e administrativas	(878)	(715)
	(878)	(715)
Por natureza:		<u> </u>
Depreciação e amortização	(8)	(8)
Amortização do direito de uso	(36)	(29)
Prestação de serviços profissionais	(190)	(210)
Despesas com pessoal	(563)	(376)
Condomínio	(9)	(9)
Telefone e energia elétrica	(10)	(13)
Despesas com viagens	(6)	(11)
Outras despesas	(56)	(59)
	(878)	(715)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

13. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	39	9
Atualização de créditos tributários	4	-
Atualização integralização de capital	317	22
	360	31
Despesas financeiras Comissão e despesas bancárias	(2)	(2)
Juros sobre arrendamentos – AVP	(2)	(2) (4)
Tributos sobre receita financeira	(17)	(1)
	(21)	(7)
	339	24

14. Royalties a pagar

De acordo com o Contrato de Concessão e legislação correlata, a Companhia é obrigada a pagar, ao Estado de Goiás, royalties equivalentes a 3% do lucro bruto mensal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 3.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

16. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Riscos	Valor da cobertura – R\$
Incêndio/raio/explosão	400.000
Danos elétricos	30.000
Despesas fixas	40.000
Responsabilidade civil	50.000
Roubo de bens	30.000